



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## **PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA**

Registro de Preços para eventual fornecimento e instalação de divisórias navais e conjunto de portas para as edificações que abrigam unidades do TRESP na Grande Florianópolis.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Sumário

1.	Objeto da Contratação.....	3
2.	Fundamentação da Contratação.....	3
2.1.	Motivação .....	3
2.2.	Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios .....	3
2.3.	Alinhamento Estratégico .....	3
2.4.	Estudos Preliminares do Objeto .....	3
2.5.	Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada .....	3
2.6.	Objetos Disponíveis.....	4
2.7.	Caracterização e Composição do Objeto .....	4
2.8.	Parcelamento e Adjudicação.....	4
2.9.	Seleção do Fornecedor .....	4
2.10.	Modalidade e Tipo de Licitação.....	5
2.11.	Impacto Ambiental.....	5
2.12.	Conformidade Técnica .....	5
2.13.	Obrigações da Proponente .....	5
2.14.	Obrigações da Contratante .....	6
2.15.	Obrigações da Contratada .....	6
2.16.	Custo estimado da contratação.....	8
3.	Especificação Técnica Detalhada .....	8
3.1.	Requisitos Técnicos .....	8
Anexo I –	Plano de Fiscalização .....	9
1.	Execução e Gestão do Contrato .....	9



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## 1. Objeto da Contratação

Registro de Preços para eventual fornecimento e instalação de divisórias navais e conjunto de portas para as edificações que abrigam unidades do TRESC na Grande Florianópolis.

## 2. Fundamentação da Contratação

### 2.1. Motivação

A presente contratação atende a orientação da Administração para elaboração de novo processo de contratação em registro de preços para eventuais demandas de divisórias nas unidades do TRESC da Grande Florianópolis.

### 2.2. Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Com a instalação das divisórias espera-se obter maior eficiência e racionalização de custos com climatização pela divisão dos espaços, bem como atenuação acústica e bloqueio visual entre ambientes com diferentes usos, conforme necessidades específicas. Espera-se que, após a execução dos serviços a serem contratados, as divisórias sejam resistentes, tenham firme fixação e acabamento uniforme e durável.

### 2.3. Alinhamento Estratégico

SGP3.

A adequação do espaço físico das unidades do TRESC tem como objetivo proteger e resguardar o patrimônio público, além de garantir melhores condições de trabalho para os servidores e usuários da Justiça Eleitoral, indo ao encontro das necessidades do negócio, não apresentando conflito com o Planejamento Estratégico Institucional e com os Objetivos Organizacionais relacionados à Gestão das Aquisições e Contratações.

### 2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Para analisar a viabilidade, a estratégia e os riscos desta contratação foi realizado estudo técnico preliminar, disponível no PAE n. 37.964/2019.

### 2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	DIVISÓRIAS TIPO: painel/vidro/vidro.	300m <sup>2</sup>	300m <sup>2</sup>
2	DIVISÓRIAS TIPO: painel/painel/vidro	300m <sup>2</sup>	300m <sup>2</sup>
3	Conjunto de portas	30 un.	30un.

O cálculo de demanda foi baseado em anos anteriores e nas solicitações já registradas na Seção de Engenharia e Arquitetura (CRIP 13,31m<sup>2</sup> e EJESC 16,46m<sup>2</sup>, o que representa aproximadamente 10% do total previsto).



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.7. Caracterização e Composição do Objeto

MATERIAL	DESCRIÇÃO
<b>PAINEL</b>	Painéis de, no mínimo, 35 mm (trinta e cinco milímetros) de espessura, com miolo semioco, revestido em pintura à base d'água, com secagem ultravioleta na cor Areia Jundiá. Altura aproximada de 2,10m (dois metros e dez centímetros) ou 1,05m (um metro e cinco centímetros) a partir do piso.
<b>ESTRUTURA</b>	Perfis de aço galvanizado pintados na cor preta, com montantes estruturais simples que possibilitem a adequação das divisórias à modulação de, aproximadamente, 125cm (cento e vinte e cinco centímetros).
<b>VIDRO</b>	Vidro com espessura mínima de 4mm (quatro milímetros), estruturados com perfis de aço galvanizado pintados na cor preta, com montantes estruturais que possibilitem a adequação das divisórias à modulação de, aproximadamente, 125cm (cento e vinte e cinco centímetros).
<b>PORTAS</b>	Porta para divisórias com miolo semioco, com dobradiças e fechaduras, com perfeito acabamento, nas dimensões 0,84x2,10m.
<b>FERRAGENS</b>	Dobradiças e fechaduras tubulares para divisórias, na cor preta, com duas chaves. As fechaduras devem permitir o fechamento com chave pelo lado externo do ambiente.

#### ATENÇÃO:

A empresa vencedora deverá:

- fornecer todo o material e instalar as divisórias, de acordo com projeto disponibilizado pelo TRESC, com perfeito acabamento;
- conferir *in loco* as medidas das divisórias, vidros e portas solicitadas;
- em caso de dúvida do setor requisitante quanto ao objeto proposto, apresentar amostra do painel das divisórias e das fechaduras das portas.

Observação: Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura/CIS/TRESC, das 13 às 19h, pelo telefone (48) 3251-7464 ou 3251-3770.

### 2.8. Parcelamento e Adjudicação

Considerando a proximidade dos locais de instalação e a potencial economia de escala, sugere-se que a adjudicação seja global.

### 2.9. Seleção do Fornecedor

#### 2.9.1. Critérios de Preferência e de Desempate



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A presente licitação poderá ser destinada, exclusivamente, à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em se aplicando os termos da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, e da Lei n. 11.488/2007.

### 2.10. Modalidade e Tipo de Licitação

Os materiais pretendidos são oferecidos por diversos fornecedores e apresentam características normatizadas. Assim, pode-se concluir que são bens comuns, justificando, portanto, a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica, tipo “Menor Preço”, pelo Sistema de Registro de Preços.

### 2.11. Impacto Ambiental

NATUREZA	ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS
Infraestrutura Tecnológica	Dependente das alterações do leiaute e necessidades de pontos de lógica e telefonia.
Infraestrutura Elétrica	Dependente das alterações do leiaute e necessidades de pontos de elétrica (iluminação e tomadas)
Logística de Implantação	Conforme demanda das unidades.
Espaço Físico	Realização do serviço em horários a combinar com os chefes das unidades.
Mobiliário	De acordo com o leiaute preparado pela Seção de Engenharia e Arquitetura.
Climatização	De acordo com o leiaute preparado pela Seção de Engenharia e Arquitetura e estudo de climatização da Seção de Equipamentos e Móveis.

### 2.12. Conformidade Técnica

As normas técnicas a serem atendidas pela solução buscada estão elencadas a seguir:

- NBR 9050/2015- Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 11673:1990- Divisórias leves internas moduladas - Perfis metálicos – Especificação;
- ABNT NBR 11675:2016- Divisórias leves internas moduladas - Verificação da resistência aos impactos;
- Resolução CONAMA n.307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Resolução CONAMA n.469, de 29.7.2015, que altera o art. 3 da Res. CONAMA n.307:2002.

### 2.13. Obrigações da Proponente

2.13.1 Fornecer todas as especificações necessárias à análise das propostas conforme requisitos técnicos, e entregar amostras dos produtos, caso solicitado;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.13.2 Apresentar valores na proposta para divisórias do tipo painel/vidro/vidro e painel/painel/vidro, por m<sup>2</sup> (metro quadrado) INSTALADO, e para portas, por conjunto completo INSTALADO.

### 2.14. Obrigações da Contratante

2.14.1 Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos na nota de empenho ou no edital licitatório.

2.14.2 Promover a fiscalização da presente aquisição através dos representantes, os servidores titulares das funções de Chefia das unidades do TRESC - na Grande Florianópolis e da Chefia da Seção de Engenharia e Arquitetura - nas unidades da Capital, ou seus substitutos, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

### 2.15. Obrigações da Contratada

2.15.1 Entregar e instalar os produtos conforme condições estipuladas na proposta e no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC;

2.15.2 Visitar o local antes da realização dos serviços para conferência das medidas e demais condicionantes;

2.15.3 Instalar as divisórias de acordo com o projeto disponibilizado pelo TRESC, com perfeito acabamento;

2.15.4 Entregar o(s) produto(s) nos locais indicados na tabela abaixo, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

Unidade	Contato	Endereço*
2ª Zona Eleitoral	(48) 3243 1103	Rua Hermógenes Prazeres, 277, Centro, Biguaçu/SC.
12ª, 13ª e 100ª Zonas Eleitorais	Seção de Engenharia e Arquitetura (48) 3251 7464	Avenida Rio Branco, 797, Centro, Florianópolis/SC.
Sede e Anexo I do TRESC		Rua Esteves Júnior, 68 e 80, Centro, Florianópolis/SC.
Depósito de Urnas		Rua Francisco Pedro Machado, s/n, Conab, próximo ao Ceasa, São José/SC.
Almoxarifado		Rua Leoberto Leal, 975, Barreiros, São José/SC.
24ª Zona Eleitoral	(48) 3242 4528	Rua Najla Carone Guedert, 951, Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, Palhoça/SC.
67ª Zona Eleitoral	(48) 3245 1885	Rua Pedro Mansur Elias, 25, Sala 1, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

29ª e 84ª Zonas Eleitorais	(48) 3259 7187 / 3259 6932	Avenida Beira-mar esquina c/ Rua Luiz Fagundes, Praia Comprida, São José/SC.
----------------------------	-------------------------------	------------------------------------------------------------------------------

\*Poderá ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios, conforme informado no contrato.

2.15.5 Substituir o produto e/ou refazer o serviço no prazo máximo de 10 (dez) dias, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório;

2.15.5.1 Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;

2.15.5.2 Correrão à conta da contratada todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço;

2.15.6 Substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o(s) produto(s) que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venham a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído – por ação ou omissão – o TRESP;

2.15.7 Empregar todos os materiais necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos e pela reposição dos materiais danificados em virtude da execução dos serviços.

2.15.8 Fornecer todos os dispositivos e acessórios, materiais, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços.

2.15.9 Executar os serviços mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.

2.15.10 Manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho, conforme NR-18.

2.15.11 Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados.

2.15.12 Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem.

2.15.13 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESP.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.15.14 Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **2.16. Custo estimado da contratação**

Conforme planilha elaborada pela CCM.

## **3. Especificação Técnica Detalhada**

### **3.1. Requisitos Técnicos**

Os produtos devem atender aos requisitos técnicos definidos no item 2.7 deste Projeto Básico /Termo de Referência.

#### **3.1.1. Marcas e Modelos/Códigos de Referência**

- Paineis MSO UV 35 mm, 120x211x35 mm, da Eucatex, na cor areia Jundiá.
- Fechadura Tubular Botão/Chave, Linha Divisória, da Vouga, na cor preta.

As marcas, códigos e referências citadas prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares aos indicados, que detenham as especificações daqueles)

#### **3.1.2. Códigos SIASG**

Divisórias navais: 313791

#### **3.1.3. Vigência**

- A Ata de Registro de Preços terá vigência a partir da data da sua assinatura, pelo prazo de 12 (doze) meses.

Florianópolis, 19 de novembro de 2019.

Valéria Luz Losso Fischer  
Integrante Demandante

Pierina Schmitt Pomarico  
Integrante Técnico

Geraldo Luiz Savi Júnior  
Integrante Administrativo





# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

Após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC, a empresa deverá agendar visita técnica ao local de instalação das divisórias para conferência das medidas e demais condicionantes.

Os serviços serão acompanhados pela Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura (referente ao prédio-sede, anexos, depósito de urnas e Almoxarifado) ou pelo Chefe do respectivo Cartório Eleitoral, ou seus substitutos, devendo a Contratada manter prévio contato pelos telefones indicados no item 2.15 deste Projeto Básico.

Esses servidores terão autoridade para:

- Solicitar a imediata retirada de qualquer operário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar modificações de prazo ou de condições contratuais;
- Exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;
- Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada do local de realização dos serviços.

A existência desse acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da instalação dos materiais.

Os Chefes dos respectivos Cartórios Eleitorais e da Seção de Engenharia e Arquitetura receberão o objeto, conforme a unidade demandante das divisórias, conferindo as especificações descritas no Contrato. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá efetuar a substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias, arcando com todas as despesas.

#### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Os produtos devem ser entregues e instalados no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC, nas unidades do TRESC elencadas no item 2.15 deste Projeto Básico, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

#### 1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora a cada pedido realizado ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

#### 1.4. Prazos de Garantia

Prazo de Garantia mínimo de 1 ano para os produtos e serviços.

Após o recebimento definitivo, se constatado defeito nos produtos dentro do período de garantia, será acionado o respectivo fornecedor para a substituição do material/refazimento do serviço avariado.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.5. Acompanhamento do Contrato

Caberá aos servidores titulares da função de Chefe dos cartórios e da Seção de Engenharia e Arquitetura, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuarem o recebimento provisório e definitivo do objeto contratado.

### 1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento provisório ocorrerá na entrega do objeto.

O recebimento definitivo será dado se, e somente se, tiverem sido atendidas todas as exigências da Fiscalização referentes a defeitos e imperfeições que venham a ser verificadas nos materiais e serviços entregues.

O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o item cujo valor total contratado ficar igual ou abaixo de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais); ou
- b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o item cujo valor total contratado ficar acima de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

### 1.7. Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais); e
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado for superior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

### 1.8. Descumprimento Contratual

Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

### 1.9. Penalidades

O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

Para os fins do contido na letra “h” do rol acima listado, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

Para os casos não previstos no segundo parágrafo deste item, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

São de competência do Presidente do TRESC as sanções de impedimento de licitar e contratar com a União e de descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos; como também, a sanção de ser a empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto, bem como em eventual substituição de produto, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.